

A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio

Fabiane dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

fabbysl@yahoo.com.br

Resumo: O espírito de identidade nacional esteve nas bases das comunidades teuto-brasileiras e a valorização da língua foi uma forma de cultivar seus costumes e tradições. Durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil vivia sob a égide do Estado Novo, regime implantado por Getúlio Vargas a partir de 1937, essas comunidades foram vítimas de um projeto nacionalista que propunha um país unitário e ignorava a pluralidade cultural, dotado de uma política autoritária e excludente. O propósito deste artigo é discutir a forma como os imigrantes alemães, no estado de Santa Catarina, deixaram de ser um exemplo de trabalho a ser seguido e se tornaram um perigo para a nação.

Palavras-chave: Alemães; Língua; Guerra; Medo

Abstract: The spirit of national identity was at the basis of teuto-Brazilians communities and the valuation of language was a way to cultivate the customs and traditions. During the Second World War when Brazil lived under the support of the New State regimen implanted from 1937 by Getúlio Vargas, these communities had been victims of a project nationalistic which proposed a unitary country and ignored the cultural plurality, endowed with one authoritarian and excluding politics. This article has as objective discuss the way the German immigrants, at Santa Catarina, were not being an example about the work which could be followed and became a danger for the nation.

Key-words: German; Language; War; Fear

Entre 1937 e 1945, o Brasil foi marcado por um projeto nacionalista implantado por Getúlio Vargas, um período de construção da identidade nacional que propunha uma pátria una, indivisa e coesa. Os grupos étnicos que não se enquadravam nesse discurso tornaram-se indesejáveis e passaram a ser percebidos como entraves à construção da nação. O governo, então, investiu na assimilação e na erradicação dos chamados quistos raciais.



O Sul do Brasil, desde a metade do século XIX, esteve marcado por uma grande concentração de imigrantes e descendentes europeus – alemães, italianos e poloneses –, com grupos espalhados pelo litoral e pelo interior, com identidades próprias, culturas distintas e linguagens diferentes. Esses grupos, principalmente os alemães, por sua forma peculiar de viver, foram vistos naquele momento como um perigo para a nação¹.

Teuto-brasileiros: teutos pela origem e brasileiros pelo nascimento

A presença alemã foi marcante em Santa Catarina. Os imigrantes organizaram uma enorme rede de escolas administradas por suas comunidades, estabeleceram-se solidariamente em torno de suas igrejas, associações, sociedades e clubes, demonstravam uma vida social intensa e desde muito cedo desenvolveram uma imprensa rica e diversificada, posta a serviço do empreendimento colonizador.

A noção de comunidade na cultura alemã foi um elemento que se impôs com muita força ao longo de sua história, o trabalho e o progresso eram princípios que haviam levado o governo brasileiro a empreender o processo colonizador do século XIX. Em detrimento do caboclo, descendente de açoriano, considerado desqualificado para o trabalho², foi construída a imagem de sucesso da colonização alemã fundada na noção de disciplina que promoveria o crescimento da economia brasileira³.

Embora participando de alguma forma do mercado local, as colônias alemãs eram auto-suficientes. Haviam se afirmado pelo isolamento das atividades econômicas, com uma maneira própria de trabalho, executado por homens, mulheres e crianças através do auxílio mútuo, construindo suas próprias escolas, capelas, estradas, sociedades recreativas, esportivas e culturais de forma autônoma. Mantinham costumes bem diferentes daqueles típicos da população litorânea⁴.

Segundo Campos, essa autonomia e auto-suficiência com que viviam podem ser analisadas por duas vias: por um lado, havia a omissão estatal e, por outro, o fato de buscarem sua prática de vida em

¹ Os japoneses, com suas colônias concentradas em São Paulo, também representavam um perigo para nação: eram os estranhos por excelência, especialmente devido a sua aparência física.

² Durante a Primeira República, as elites catarinenses produziram uma imagem negativa do habitante do litoral, tomando-os como indolentes, atrasados, incapazes e doentes. Em contraposição, atribuía-se a noção de disciplina à nacionalidade germânica ou italiana.

³ CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 95.

⁴ *Ibidem*, p. 83-86.



contraposição aos nativos. As diferenças que faziam questão de manter em relação aos outros habitantes os mantinham isolados, certos de possuírem qualidades superiores⁵.

O trabalho alemão era tomado como justificativa para a afirmação da cidadania brasileira, mas também servia para que reivindicassem o direito de continuar sendo alemães culturalmente.⁶ Desde 1852, vinha sendo divulgada nas colônias a cultura do trabalho, através da Liga Pangermânica, que inculcia a idéia de afirmação da superioridade do trabalho alemão. Na opinião dos imigrantes, o seu trabalho por si só lhes dava o direito de permanecerem alemães.⁷

A conservação de usos e costumes do país de origem e o modelo de colonização com a pequena propriedade familiar produziram diferenças sociais consideráveis em relação à sociedade local e, assim, esses imigrantes passaram a ser observados com uma certa preocupação. Se os hábitos cotidianos já eram vistos com estranhamento, a língua e as instituições germânicas se tornariam uma ameaça, contrastando com os imperativos de assimilação ditados pelo nacionalismo brasileiro.

Essas instituições apareciam como “guardiãs do espírito (*Geist*) germânico”, da germanidade (*Deutschtum*), preservadoras das tradições e da língua, tomadas como critérios primordiais de definição de uma etnicidade teuto-brasileira por seu comprometimento com as qualidades intrínsecas do grupo étnico.⁸

Já nas duas últimas décadas do século XIX e início do XX, as autoridades e a imprensa passaram a fazer alertas sobre os riscos de um possível país germânico, entendendo a necessidade de integrar os teuto-brasileiros⁹ por meio da assimilação cultural. No contexto de construção de uma

⁵ *Ibidem*, p. 88.

⁶ FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 8-9.

⁷ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 127.

⁸ SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social**: um exemplo teuto-brasileiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a03.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2007.

⁹ Segundo Giralda Seyferth, a definição da categoria teuto-brasileira combina *jus sanguinis* e *jus soli*: origem alemã e cidadania brasileira, pertencimento à nação alemã e ao Estado brasileiro.



nacionalidade brasileira¹⁰, o imigrante se tornou ingrato e egoísta diante da nação que o acolheu, era apegado a suas tradições e não se integrava à população local, se considerava superior.¹¹

Para Giralda Seyferth, o ponto central da ideologia nacionalista alemã determina que o seu povo não precisa estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma nação, ela existe desde que certos interesses e o espírito comum estejam presentes e sejam mantidos por seus membros. O que liga o povo e sua nação é o que os alemães chamam de *Deutschtum*, o que quer dizer uma comunidade de interesses – cultura, raça e língua comuns –, uma consciência nacional alemã; não é apenas a nacionalidade, é a essência de um povo ou raça, representa uma solidariedade cultural e racial do povo alemão. “O alemão é sempre alemão mesmo que esteja em outro país.”¹²

A palavra *Deutschtum* tem dois sentidos que convergem para compor a etnicidade teuto-brasileira: expressa o sentimento de superioridade do “trabalho alemão” – e, neste caso, remete ao progresso trazido pelos pioneiros à “selva” brasileira – e define o pertencimento à etnia alemã, estabelecendo seus critérios – língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães.¹³

Um aspecto importante do nacionalismo alemão é manter a língua materna, pois ela, mais do que a raça, é o meio de manter vivo o seu espírito. Assim, a língua se tornou a principal forma de diferenciação da comunidade nacional fora da Alemanha. A raça ficou em segundo plano e a língua passou a representar a origem alemã.

A pátria dos alemães é qualquer lugar onde se fala a língua materna, e isso predominou entre os imigrantes e descendentes.¹⁴ Essa forma peculiar de viver e de se identificar acabaria transformando-os em pessoas inconvenientes para as autoridades, afinal, tratava-se de uma época marcada pela construção da identidade nacional brasileira. Getúlio Vargas primava por isso, e a guerra acirraria as diferenças.

¹⁰ O projeto nacionalista de Getúlio Vargas propunha um país unitário, ignorava a pluralidade partidária, renegava os regionalismos, desprezava o liberalismo e foi altamente autoritário e excludente.

¹¹ FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 31-32.

¹² SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. *Op. cit.*, p. 45.

¹³ SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. *Op. cit.*, p. 74.

¹⁴ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. *Op. cit.*, p. 47.



A imprensa e a literatura teuto-brasileira apareceram como principais divulgadoras do *Deutschtum*¹⁵, incutindo nos colonos alemães a noção de grupo étnico e um sentimento de solidariedade comunal que serviram de barreira para a assimilação. A propaganda impôs a idéia de que os descendentes alemães deveriam evitar sua incorporação a outras nacionalidades, pois mesmo tendo nascido em um país estrangeiro, ainda eram alemães e pertenciam ao mesmo grupo étnico.

Um alemão permanece sempre alemão [...] em qualquer parte do mundo sua nacionalidade o reveste; perder sua nacionalidade é perder-se a si mesmo, é tornar-se ignominioso [...]. Um alemão permanece sempre alemão, ainda que seu berço se situe na América.¹⁶

Enfim, mantendo a vida comunitária alemã, os imigrantes se conservariam alemães, mesmo com cidadania brasileira. Porém, no governo Vargas, mesmo os naturalizados eram excluídos dos direitos de cidadania. O fato de se tornarem brasileiros não lhes dava garantia de eximir-se da ‘culpa’ de ser estrangeiro.

Getúlio Vargas e Nereu Ramos¹⁷, em discursos, reconheciam que os imigrantes estrangeiros e seus descendentes haviam conservado sua língua devido à desatenção dos governantes e, para atenuar o problema, a proposta era a educação, dando ênfase à língua como instrumento de intercomunicação, uma questão estratégica para o nacionalismo do Estado Novo.

Nos anos 30 e 40, após a ascensão do nazismo, com Hitler no poder e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o teuto-brasileiro passou a representar um perigo para a nação e, quando o Brasil rompeu relações com a Alemanha, os ânimos se exaltaram. As ações do governo de Getúlio Vargas, representadas em Santa Catarina pelo interventor Nereu Ramos, ampliaram o combate aos quistos raciais representados pelos estrangeiros e seus descendentes.

Desde 1917, vinham sendo instituídas leis estaduais com o intuito de limitar as atividades das escolas particulares que ensinavam em língua estrangeira. Porém, foi durante o Estado Novo que a rede escolar catarinense se tornou alvo de políticas nacionalizadoras, principalmente em regiões de

¹⁵ Durante a influência da Liga Pangermânica e a ascensão do nazismo na Alemanha, na década de 30, ocorreu o acirramento da germanidade.

¹⁶ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. *Op. cit.*, p. 126

¹⁷ Nereu Ramos foi governador de Santa Catarina a partir de 1935 e interventor entre os anos de 1937 e 1945, investindo no projeto de modernização e nacionalização do sistema escolar catarinense.



colonização alemã, que representavam uma ameaça aos ideais de unificação nacional devido à conservação de costumes e tradições da pátria de origem.¹⁸

A nacionalização do ensino atingiu os imigrantes tanto nas áreas coloniais como nas cidades. As chamadas escolas estrangeiras foram obrigadas a modificar seus currículos e a dispensar os professores desnacionalizados¹⁹, e aquelas que não se adequassem seriam fechadas. Foi instituída a obrigatoriedade da frequência das crianças e jovens nas escolas instaladas pelo Estado e, para o catarinense ser admitido ou promovido em um serviço público, ter contrato com o Estado ou receber dinheiro público, deveria obter um atestado de frequência dos filhos em escola oficial. Mesmo com todas essas medidas, os pais, muitas vezes, preferiam que seus filhos estudassem em escolas clandestinas.²⁰

As condições de ensino nas escolas alemãs eram superiores às das escolas do Estado e grande parte das crianças que estudavam em instituições públicas não falavam a língua portuguesa.²¹ Além disso, as escolas privadas contribuía para a preservação da germanidade, pois os professores procuravam cultivar a língua e a cultura de origem. Nesse momento, tornou-se vital educar o catarinense e constituí-lo como cidadão disciplinado. “A educação escolar primou pela obediência a ordens emitidas de maneira absoluta, não dando margem para nenhum tipo de discussão das decisões.”²²

O Decreto-lei no 88, de 1938, foi responsável pelo fechamento das escolas que ensinavam em alemão, gerando um forte impacto nas zonas de colonização. Em muitos casos, diretores e professores de estabelecimentos de ensino particulares que não se enquadraram na lei foram presos e suas escolas, fechadas.²³ O principal objetivo da campanha era eliminar o uso da língua estrangeira e substituí-la pelo português. Atingir os pais através das crianças.

A construção do perigo alemão

¹⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 156.

¹⁹ Os professores desnacionalizados eram aqueles que continuavam ensinando e preservando a língua materna.

²⁰ CAMPOS, *op. cit.*, p. 105.

²¹ Nas escolas particulares alemãs, a língua portuguesa era a segunda língua.

²² CAMPOS, *op. cit.*, p. 152.

²³ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. *Op. cit.*, p. 182.



Os teuto-brasileiros, além de representar uma ameaça ao projeto político nacional que combatia a diversidade cultural e pregava uma cultura estritamente brasileira, passaram a significar uma ameaça internacional devido à política expansionista de Hitler. A descendência germânica não é apenas um perigo para o Brasil, mas para todo o continente americano, afinal, Getúlio Vargas abandona a política de neutralidade e se alia aos Estados Unidos.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Vargas havia mantido um posicionamento neutro até 1941, quando ocorre a assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual o governo norte-americano se comprometia a financiar a construção da primeira siderúrgica brasileira em troca da permissão para a instalação de bases militares no Nordeste. Agora, mais do que nunca, era proibido ser estrangeiro, era tempo de abraçar-se.

Quando o Brasil entrou na guerra, em 22 de agosto de 1942, a idéia de conspiração se acirrou e as perseguições policiais tiveram lugar assegurado e legitimado. Os estrangeiros passaram a ser vistos como inimigos e prováveis colaboradores do Eixo.

Segundo Marlene de Fáveri, em Florianópolis, Joinville, Blumenau e outras cidades catarinenses, houve atos públicos, quando a multidão enfurecida apedrejou casas, pichou muros e paredes, quebrou placas de ruas e lojas com nomes alemães, achincalhou estrangeiros e descendentes, obrigando-os a dar vivas ao Brasil, ao interventor Nereu Ramos e a Getúlio Vargas.²⁴

Os estrangeiros foram vistos como traidores e espões, e receberam a designação de quinta-colunas.²⁵ A polícia apropriou-se do termo e chegou a produzir um panfleto intitulado e distribuído pelo Serviço de Prevenção contra a Quinta-Coluna, em que mostrava as formas de detectar os traidores. Percebe-se nesse documento a influência norte-americana que predominaria no Brasil.

Para identificar os “quinta-colunistas”, que andam por aí tentando sabotar a unidade nacional: Se alguém lhe disser: “Não desejo combater pelos Estados Unidos: nós brasileiros, não temos nada que ver com essa guerra”, esse indivíduo é um “quinta-colunista”, porque todos nós, no continente americano, estamos sob ameaça de agressão do Eixo Tóquio-Roma-Berlim e temos, portanto, que ver com esta guerra, que envolve o mundo civilizado.²⁶

²⁴ FÁVERI, *op. cit.*, p. 35.

²⁵ O termo tem origem na Guerra Civil Espanhola, quando o general Franco referiu-se à ação de uma quinta coluna composta de simpatizantes da causa revolucionária, uma coluna supostamente de espões.

²⁶ Serviço de Prevenção contra a Quinta-Coluna. Como identificar os “Quinta-colunistas”. Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva”, Blumenau. Citado em FÁVERI, *op. cit.* Anexo I, p. 368.



O panfleto também remete à proibição da imprensa em língua estrangeira: “uma coisa é um brasileiro aprender alemão, italiano ou japonês. Coisa muito diferente é não quererem certos estrangeiros que os filhos aprendam nosso idioma”, informa. As estações de rádio denominadas “a voz da quinta-coluna”, os jornais e revistas que estariam ligados aos nazistas e quem prognosticasse a vitória do Eixo na guerra contra o mundo civilizado também seria considerado um quinta-colunista.²⁷

O termo quinta-coluna foi utilizado exaustivamente pela imprensa para designar os estrangeiros ditos traidores, em nome da segurança nacional. Vargas (re)utilizou o termo e chamou todos os trabalhadores do Brasil à manutenção da ordem no combate ao quinta-colunismo e a vigilância permanente, estimulando o trabalhador ordeiro a participar da defesa da pátria.²⁸

D’Acampora destaca o papel que a imprensa teve na construção da imagem do inimigo. Os jornais foram importantes na divulgação da ameaça alemã, com manchetes apelativas que reforçavam o medo entre a população. Em 1943, o jornal *O Estado* destacava:

Morreram de fome os prisioneiros Russos (04/09); Diversão dos bárbaros (11/01)
Homens sepultados vivos (16/01); Terrorismo e matança na Iugoslávia (06/02);
Cremados vivos (12/03); O vampiro alemão chupa o sangue das crianças polonesas
(05/03); Hitler faz sabão com gorduras de poloneses (16/03)²⁹.

Os jornais que circulavam em Santa Catarina na época da guerra estavam conectados a outros, nacionais e internacionais, reproduzindo e modificando notícias escolhidas, utilizadas como instrumento de intrigas e disputas. Manipulavam e pretendiam formar opiniões, contribuindo para a construção do inimigo. Assim, para “[...] os brasileiros, os alemães, italianos e japoneses representavam o demônio, o nazista, o quinta-coluna”.³⁰

Marlene de Fáveri, utilizando inúmeros depoimentos de teuto-brasileiros, descreve que vários rumores e boatos foram utilizados pela imprensa, transformados em verdades e colaborando com o projeto do governo de espalhar o medo na população, o medo do outro, do imigrante. Os imigrantes e

²⁷ *Ibidem*, p. 369.

²⁸ *Ibidem*, p. 40.

²⁹ D’ACAMPORA, Márcia. **A construção da imagem do inimigo: o papel dos jornais durante a Segunda Guerra Mundial em Florianópolis (1939-1945)**. Florianópolis, 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 128.

³⁰ FÁVERI, *op. cit.*, p. 41.



descendentes eram visados na sua origem étnica, o medo da polícia, das denúncias e de trair-se na fala atormentava o cotidiano.³¹

Entre os relatos orais, está o de um colono alemão que morava em Rio dos Cedros. Ele foi pego pelos policiais falando a língua materna e, como castigo, durante um bom tempo foi obrigado a ir todos os dias a Timbó, a pé, para dar bom-dia ao delegado – uma forma de controlar e forjar a brasilidade a qualquer custo, mostrar quem tinha razão.³² Deter os infratores, sem maiores explicações, era fazer valer a autoridade.

Um edital publicado pela Secretaria de Segurança Pública em 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, informa que os estrangeiros naturais dos países com os quais o Brasil havia rompido relações diplomáticas e comerciais – isto é, Japão, Alemanha e Itália – ficavam proibidos de utilizar hinos, cantos e saudações nos idiomas de origem, não podiam mudar de residência sem comunicação prévia, reunir-se em casas particulares a título de comemorações privadas ou viajar de uma localidade para outra sem licença da polícia (salvo-conduto).³³

O edital foi a legitimação que faltava para que a polícia pudesse agir de forma mais coerciva. A partir dessa data, e até o fim da guerra, era legalizada a prisão de qualquer pessoa que se expressasse em japonês, italiano ou alemão. Muitas vezes, os imigrantes eram detidos sem saber por quê, muito embora houvesse aqueles que, efetivamente, transgrediam e faziam campanha nazista.

A perseguição sofrida pelos alemães e descendentes não se limitou à proibição de falar a língua materna. Outros instrumentos legais foram sancionados por Getúlio Vargas: o Decreto-lei no 383, vedando a estrangeiros a atividade política no Brasil; a Portaria no 213, que proibia a recepção radiofônica de notícias de guerra; o Decreto-lei no 119, que impedia inscrições tumulares em língua estrangeira; e o Decreto-lei no 4.166, que determinava a cobrança de indenizações pelos atos de agressão que o país tinha sofrido:

Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil [...] uma parte de todos os saldos bancários, ou obrigações de natureza primordial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas [...].³⁴

³¹ *Ibidem*, p. 70.

³² *Ibidem*, p. 50-51.

³³ **Diário Oficial do Estado**, 28 jan. 1942, p. 4. Citado em FÁVERI, *op. cit.* Anexo II, p. 370.

³⁴ Coletânea de Decretos-leis de 1942, vol. I, Atos do Poder Executivo. Jan. a mar. de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. APESC. Citado em FÁVERI, *op. cit.* Anexo VI, p. 384.



Durante a Segunda Guerra, além da proibição de se falar alemão, o cotidiano em Santa Catarina foi marcado pelos mais diversos decretos que procuravam normatizar e discriminar as pessoas de origem estrangeira. Era proibido viajar sem ordem judicial; possuir rádio ou armas, guardar fotografias e outros objetos pessoais que lembrassem o país de origem podia levá-las à prisão; suas contas bancárias foram bloqueadas. Enfim, o medo tomou conta da população e qualquer desvio era passível de detenção ou castigo.³⁵

Para os teuto-brasileiros, essa tentativa de abrasileiramento, empreendida pelo governo, era uma ação que carecia de lógica, não tinha fundamento e significava o aviltamento de cidadãos leais ao Brasil, discriminados sem nenhuma razão e incluídos em um grupo ao qual não pertenciam: o dos nacional-socialistas. De fato, existiam pessoas ligadas ao partido nazista; na zona urbana ele teve uma atuação relativamente constante, mas na zona rural os colonos se mostravam indiferentes ao nacionalsocialismo.³⁶

A guerra se transformou em oportunidade de se implantar uma padronização cultural e social no país, mesmo que para isso houvesse necessidade de se recorrer a questões de segurança nacional. Naquele momento, em Santa Catarina, a grande questão era o perigo vindo da Alemanha: os estrangeiros, mesmo os naturalizados, eram excluídos de direitos e cidadania, e ainda estavam sujeitos a penalidades. O fato de tornarem-se brasileiros não os eximia da ‘culpa’ de nascer ou ser descendentes de alemães.

Considerações Finais

As medidas tomadas pelo governo brasileiro sob a égide da brasilidade deixaram marcas profundas nas comunidades alemãs. Hoje, no entanto, os meios de comunicação ressaltam os alemães dando ênfase ao imigrante empreendedor e ao sucesso econômico conquistado em suas colônias.

Depois das enchentes ocorridas em Blumenau nos anos de 1983 e 1984, o governo novamente recorreu ao valor do trabalhador alemão; a fim de reerguer a cidade, foi realizada a primeira Oktoberfest, reavivando a cultura germânica. Através da indústria do turismo, veicula-se um discurso de que o “blumenauense” possui um modo diferente de ser e agir devido à colonização alemã da

³⁵ Segundo Marlene de Fáveri, era comum a prática de castigos pessoais, como obrigar os estrangeiros a tomar óleo diesel ou de rícino, num sentido de batismo: “tomei óleo, agora sou brasileiro”. Abrasileirar através da violência física e psicológica.

³⁶ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. *Op. cit.*, p. 176.



cidade. Percebe-se que, num momento de crise, mais uma vez os que estavam no poder difundiram um dos elementos da germanidade – a superioridade do trabalho alemão –, caracterizando os alemães como um povo diferente.³⁷

No entanto, em entrevistas realizadas com teuto-brasileiros que foram vítimas da nacionalização, percebem-se os traumas deixados por ela, o medo de falar, o medo da polícia e o medo de cair no ridículo diante dos outros, obrigando-os a ‘esquecer’ o passado.

“A língua passou a delimitar a fronteira entre o atrasado colono e o civilizado, ou seja, a geração pós-guerra cresceu com vergonha do sotaque, aprendeu o português e ‘desaprendeu’ a língua dos pais e avós, emudeceu.”³⁸

Para Le Goff, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem.”³⁹ É nesse sentido que o presente artigo foi elaborado: para ressaltar a importância da história e da memória, não só a dos vencedores, mas também daqueles que não puderam escrever sua própria história e ficaram com medo de falar.

³⁷ FROTSCHER, *op. cit.*, p. 2.

³⁸ FÁVERI, *op. cit.*, p. 328.

³⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1994. p. 477.

